

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.023 - SP (2019/0299420-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : VIAÇÃO FERRAZ LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO : ALFREDO LUIZ KUGELMAS - ADMINISTRADOR JUDICIAL - SP015335

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E TRIBUTÁRIO. FALÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL ANTERIORMENTE AJUIZADA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INTERESSE DE AGIR. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 187 DO CTN E 29 DA LEI 6.830/1980. ART. 9º, § 1º, INCISO IX, DO RISTJ. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. ENVIO DOS AUTOS PARA REDISTRIBUIÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela Fazenda Nacional, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 38):

Falência. Decisão pela extinção, sem resolução de mérito, de habilitação de crédito tributário. Agravo de instrumento da União Federal. Prerrogativa da Fazenda Nacional de optar entre o ajuizamento de execução fiscal e a habilitação de seu crédito. A escolha de uma via, entretanto, implica, necessariamente, a renúncia da outra. Precedentes deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça.

Ausência de comprovação de extinção da execução fiscal, no caso em apreciação, que impede a inscrição do crédito na falência. Manutenção da decisão agravada. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 68-73).

A recorrente alegou, no recurso especial (e-STJ, fls. 79-87), que houve violação dos arts. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 141, 187 e 191 do Código Tributário Nacional; 29 da Lei n. 6.830/1980; e 6º, *caput* e § 7º, e 76 da Lei n. 11.101/2005.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentou, em síntese, negativa de prestação jurisdicional; e que "à época da propositura da ação executiva (06/1998), não havia falência decretada da executada, o que só veio a ocorrer em 03/2009" (e-STJ, fl. 81).

Pleiteou o prosseguimento da habilitação do crédito tributário no processo de falência.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 90-93).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 197-198).

Brevemente relatado, decido.

A controvérsia do presente recurso consiste em aferir se a legislação de regência dá à Fazenda Pública a faculdade de ajuizar execução fiscal ou habilitar seu crédito no processo falimentar e se ao optar por uma das formas de cobrança impede a utilização da outra.

Verifica-se, dessa forma, que cuida-se de matéria de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, IX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em casos semelhantes ao dos autos, as Turmas que compõem a Primeira Seção já se pronunciaram, como se colhe do seguinte precedente a título exemplificativo:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FALÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL ANTERIORMENTE AJUIZADA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INTERESSE DE AGIR. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 187 DO CTN E 29 DA LEI 6.830/1980. NÃO ENQUADRAMENTO NA HIPÓTESE DO ART. 267, VI, DO CPC/1973.

1. A Corte de origem entendeu que "possuindo a União Federal a prerrogativa de escolher entre receber seu crédito por meio da execução fiscal ou pela habilitação de crédito, ao optar pela adoção um procedimento, consequentemente renunciará ao outro".

2. A prejudicialidade do processo falimentar para a satisfação do crédito tributário não implica a ausência de interesse processual no pedido de habilitação do crédito tributário ou na penhora no rosto dos autos. 3. A necessidade de aguardar o término da ação de falência para eventual satisfação do seu crédito não retira da credora/exequente a faculdade de optar por ambas as vias de cobrança: habilitação no processo falimentar e ajuizamento da execução fiscal.

Superior Tribunal de Justiça

4. A tentativa de resguardar o interesse público subjacente à cobrança de tal espécie de crédito, através do ajuizamento da execução fiscal e de habilitação no processo falimentar, não encontra óbice na legislação aplicável. Inteligência dos arts. 187 do CTN e 29 da Lei 6.830/1980.

5. Em caso da existência de processo falimentar, eventual produto da alienação judicial dos bens penhorados deve ser repassado ao juízo universal da falência.

6. Recurso Especial provido, determinando-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para julgamento da apelação.

(REsp n. 1.729.249/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/5/2018, DJe 19/11/2018).

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator